

APÊNDICE A

QUADRO A.1

Instrumentos normativos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (2003-2020)

Leis	Ementas
10.696, de 2 de julho de 2003	Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Lei que institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
10.711, de 5 de agosto de 2003	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas (SNSM), e dá outras providências.
11.322, de 13 de julho de 2006	Dispõe sobre a negociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), e dá outras providências.
11.326, de 24 de julho de 2006	Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
11.420, de 20 de dezembro de 2006	Altera dispositivos da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, que dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Adene, e dá outras providências.
11.524, de 24 de setembro de 2007	Dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos à vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006; altera as Leis nºs 11.076, de 30 de dezembro de 2004; 11.322, de 13 de julho de 2006, 10.194, de 14 de fevereiro de 2001; 10.696, de 2 de julho de 2003, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.427, de 27 de maio de 1992, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 11.491, de 20 de junho de 2007, e a Medida Provisória (MP) nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
11.718, de 20 de julho de 2008	Acrescenta artigo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007; e altera as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991; 7.102, de 20 de junho de 1993; 9.017, de 30 de março de 1995; e 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991.
11.775, de 17 de setembro de 2008	Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de créditos rural e fundiário; altera as Leis nºs 11.322, de 13 de julho de 2006; 8.171, de 17 de janeiro de 1991; 11.524, de 24 de setembro de 2007; 10.186, de 12 de fevereiro de 2001; 7.827, de 27 de setembro de 1989; 10.177, de 12 de janeiro de 2001; 11.718, de 20 de junho de 2008; 8.427, de 27 de maio de 1992; 10.420, de 10 de abril de 2002; o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e a Lei nº 10.978, de 7 de dezembro de 2004; e dá outras providências.
12.512, de 14 de outubro de 2011	Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003; 10.836, de 9 de janeiro de 2004; e nº 11.326, de 24 de julho de 2006.
13.001, de 20 de junho de 2014	Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária; concede remissão nos casos em que especifica; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993; 11.775, de 17 de setembro de 2008; 12.844, de 19 de julho de 2013; 9.782, de 26 de janeiro de 1999; 12.806, de 7 de maio de 2013; 12.429, de 20 de junho de 2011; 5.868, de 12 de dezembro de 1972; 8.918, de 14 de julho de 1994; 10.696, de 2 de julho de 2003; e dá outras providências.
13.154, de 30 de julho de 2015	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014; e dá outras providências.

(Continua)

(Continuação)

Leis	Ementas
13.465, de 11 de julho de 2017	Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993; 13.001, de 20 de junho de 2014; 11.952, de 25 de junho de 2009; 13.340, de 28 de setembro de 2016; 8.666, de 21 de junho de 1993; 6.015, de 31 de dezembro de 1973; 12.512, de 14 de outubro de 2011; 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil); 11.977, de 7 de julho de 2009; 9.514, de 20 de novembro de 1997; 11.124, de 16 de junho de 2005; 6.766, de 19 de dezembro de 1979; 10.257, de 10 de julho de 2001; 12.651, de 25 de maio de 2012; 13.240, de 30 de dezembro de 2015; 9.636, de 15 de maio de 1998; 8.036, de 11 de maio de 1990; 13.139, de 26 de junho de 2015; 11.483, de 31 de maio de 2007; e a 12.712, de 30 de agosto de 2012; a MP nº 2.220, de 4 de setembro de 2001; e os Decretos-Leis nºs 2.398, de 21 de dezembro de 1987; 1.876, de 15 de julho de 1981; 9.760, de 5 de setembro de 1946; e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências.
13.606, de 9 de janeiro de 2018	Institui o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) na Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN); altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991; 8.870, de 15 de abril de 1994; 9.528, de 10 de dezembro de 1997; 13.340, de 28 de setembro de 2016; 10.522, de 19 de julho de 2002; 9.456, de 25 de abril de 1997; 13.001, de 20 de junho de 2014; 8.427, de 27 de maio de 1992; e 11.076, de 30 de dezembro de 2004; e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e dá outras providências.
13.789, de 3 de janeiro de 2019	Altera a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para dispor sobre o limite de aquisição de leite no âmbito do PAA.
MP nº 957, de 24 de abril de 2020	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 500.000.000,00, para o fim que especifica.
Decretos	Ementas
4.772, de 2 de julho de 2003	Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.
5.153, de 23 de julho de 2004	Aprova o regulamento da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o SNSM, e dá outras providências.
5.873, de 15 de agosto de 2006	Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.
6.447, de 7 de maio de 2008	Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o PAA.
6.959, de 15 de setembro de 2009	Dá nova redação aos arts. 3º, 4º e 5º do Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008, que regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o PAA.
7.493, de 2 de junho de 2011	Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).
7.775, de 4 de julho de 2012	Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o PAA, e o capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências.
7.794, de 20 de agosto de 2012	Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.
7.956, de 12 de março de 2013	Altera o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o PAA.
8.026, de 6 de junho de 2013	Altera os Decretos nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o PAA; Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a criação do programa de garantia de preços para a agricultura familiar; Decreto nº 7.644, de 16 de dezembro de 2011, que regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; e dá outras providências.
8.293, de 12 de agosto de 2014	Altera o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que dispõe sobre o PAA.
8.445, de 6 de maio de 2015	Altera o anexo ao Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, que regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.
8.446, de 6 de maio de 2015	Altera o Decreto nº 6.268, de 22 de novembro de 2007, que regulamenta a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.

(Continua)

(Continuação)

Leis	Ementas
8.471, de 22 de junho de 2015	Altera o anexo ao Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, que regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.
8.473, de 22 de junho de 2015	Estabelece, no âmbito da administração pública federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e dá outras providências.
9.214, de 29 de novembro de 2017	Altera o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o PAA, e o capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.
Portarias	Ementas
111, de 21 de novembro de 2003	O Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, no uso da competência que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) e considerando a necessidade de proporcionar oportunidades de acesso às famílias de trabalhadores rurais sem-terra acampados ao PAA, previsto no art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, resolve: declarar que os trabalhadores rurais sem-terra acampados se incluem no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, de que trata o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.
111, de 7 de julho de 2003	O Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 19 da Lei nº 10.626, de 2 de junho de 2003, na competência que lhe foi delegada pelo art. 2º, § 1º, do Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003, e tendo em vista as indicações recebidas dos Ministérios interessados, resolve: designar os membros do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, de que trata o Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003.
415, de 12 de agosto de 2005	O Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional: no exercício das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, o disposto no art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, na competência delegada pelo art. 2º, § 1º, do Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003, e na conformidade dos termos da MP nº 163, de 23 de janeiro de 2004, resolve: designar, para compor o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, de que trata o Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003, como representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em substituição ao indicado na Portaria nº 111, de 7 de julho de 2003.
312, de 25 de setembro de 2006	O Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, na competência delegada pelo art. 2º, § 1º, do Decreto nº 5.873, de 15 de agosto de 2006, na conformidade dos termos da Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, e tendo em vista as indicações recebidas dos Ministérios interessados, resolve: designar os membros do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, de que trata o Decreto nº 5.873, de 15 de agosto de 2006 e que terá a seguinte constituição:
167, de 10 de maio de 2007	O Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no exercício das atribuições que confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil, o disposto no art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, na competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2º, § 1º, do Decreto nº 5.873, de 16 de agosto de 2006, conforme o art. 2º, inciso I, da Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, resolve: designar para compor o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, de que trata o Decreto nº 5.873, de 16 de agosto de 2006, em substituição aos indicados pela Portaria nº 312, de 25 de setembro de 2006 e Portaria nº 415, de 12 de agosto de 2005.
401, de 7 de novembro de 2007	O Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, na competência delegada pelo art. 2º, § 1º, do Decreto nº 5.873, de 15 de agosto de 2006, na conformidade dos termos da Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, resolve: designar para compor o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, de que trata o Decreto nº 5.873, de 15 de agosto de 2006, em substituição aos indicados pela Portaria nº 312, de 25 de setembro de 2006.

(Continua)

Vinte anos de compras da agricultura familiar: um marco para as políticas públicas de desenvolvimento rural e segurança alimentar e nutricional no Brasil

(Continuação)

Leis	Ementas
226, de 10 de julho de 2008	A Ministra de Estado do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, o disposto no art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, na competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2º, § 1º, do Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008, conforme o art. 2º, inciso I, da Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, e tendo em vista as indicações recebidas do Ministério da Educação, resolve: designar, como representantes do Ministério da Educação para compor o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, de que trata o Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008.
303, de 10 de setembro de 2008	O Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87 da Constituição Federal de 1988, a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o Decreto nº 5.550, de 22 de setembro de 2005, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 2º do Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008, resolve: nº 303 – art. 1º Designar Daniel Maia, matrícula SIAPE nº 1195146, para compor o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, como representante titular do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em substituição a Marcelo Cardona Rocha, designado pela Portaria GM/MDS nº 312, art. 1º, alínea c, item 1, de 25 de setembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, de 29 de setembro de 2006.
2, de 24 de setembro de 2008	Portaria Interministerial institui o Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais, que visa fortalecer organizações produtivas de trabalhadoras rurais através de políticas públicas de apoio à produção e comercialização.
29, de 29 de maio de 2009	O Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, no uso da competência que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, resolve: estabelecer as condições e procedimentos para emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP – para agricultores que não tenham suas Demandas Qualificadas atendidas.
62, de 27 de novembro de 2009	O Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, no uso das competências que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso III, § 2º, do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, no Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, na Portaria Interministerial MDA e MMA nº 3, de 3 de outubro de 2008, na Portaria Interministerial nº 239, de 21 de julho de 2009, resolve: instituir a Relação de Extrativistas Beneficiários – REB, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário. § 1º Integrarão
222, de 6 de julho de 2009	O Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, na competência delegada pelo art. 2º, parágrafo 1º, do Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008, na conformidade dos termos da Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, e tendo em vista as indicações recebidas dos Ministérios Interessados, resolve: designar os membros do Grupo Gestor do Programa de Aquisição De Alimentos, de que trata o Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008.
17, de 23 de março de 2010	O Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, no uso da competência que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e as atribuições que lhe foram conferidas pelo Conselho Monetário Nacional, por intermédio da Resolução nº 3.559, de 28 de março de 2008 nos termos do Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural – MCR, que dispõe sobre o regulamento e as condições para realização das operações de crédito de rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, em especial no que se refere à identificação do agricultor familiar, resolve estabelecer as condições e procedimentos para emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf.
12, de 28 de maio de 2010	O Secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no uso de suas atribuições, e de acordo com o disposto na Portaria MDA nº 17 de 23 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de março de 2010, seção I, resolve: tornar públicos os modelos de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP.
90, de 16 de maio de 2012	A Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19, § 3º, da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e no art. 2º, § 1º, do Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008, e considerando as indicações recebidas dos Ministérios interessados, resolve: designar os membros do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos.

(Continua)

(Continuação)

Leis	Ementas
260, de 19 de dezembro de 2012	A Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 87 da Constituição Federal, pelo § 3º do art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 20 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, resolve: designar para compor Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, em substituição aos indicados pela Portaria MDS nº 90, de 18 de maio de 2012, os representantes dos Ministérios.
34, de 23 de abril de 2013	A Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 87 da Constituição Federal, pelo § 3º do art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 20 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, resolve: designar a composição do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, em substituição aos indicados pelas Portarias nº 90, de 18 de maio de 2012, e nº 260, de 19 de dezembro de 2012, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
44, de 18 de setembro de 2013	O Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 3º da Resolução nº 49 do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, e considerando as indicações recebidas dos órgãos governamentais, entidades e instituições interessadas, resolve: designar os membros do Comitê Consultivo do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos.
133, de 25 de novembro de 2013	Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 87 da Constituição Federal, pelo § 3º do art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 20 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, resolve: designar para compor o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, em substituição aos indicados pelas Portarias nº 90, de 16 de maio de 2012, e nº 34, de 23 de abril de 2013, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
25, de 24 de março de 2014	A Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 87 da Constituição Federal, pelo § 3º do art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 20 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, resolve: designar para compor o GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS, em substituição aos indicados pelas Portarias nº 90, de 16 de maio de 2012, e nº 34, de 23 de abril de 2013, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
26, de 9 de maio de 2014	Dispõe sobre as competências, condições e procedimentos específicos para a emissão, validação, cancelamento e exercício do controle social de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – DAP.
16, de 23 de junho de 2015	A Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso das suas atribuições que lhes confere os incisos I e II, parágrafo único, art. 87, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º do Anexo do Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, e, ainda, a necessidade de instituir medidas que normatizem a agroindustrialização de produtos de origem animal nos estabelecimentos de pequeno porte. Art. 1º Estabelecer, em todo o território nacional, as normas específicas de inspeção e a fiscalização sanitária de produtos de origem animal, referente às agroindústrias de pequeno porte.
17, de 6 de março de 2015	Institui o sistema de informação do PAA, no âmbito das operações por meio do termo de adesão.
62, de 30 de junho de 2015	A Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 87 da Constituição Federal, pelo § 3º do art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 20 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, resolve: designar composição do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos como representante suplente do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, em substituição à indicada pela Portaria nº 90, de 16 de maio de 2012, do MDS.

(Continua)

(Continuação)

Leis	Ementas
18, de 13 de agosto de 2015	O Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, no uso das atribuições conferidas pelo art. 3º da Resolução nº 49, de 25 de setembro de 2012, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos – GGPAA, considerando o disposto na Resolução nº 71 do GGPAA, de 10 de abril de 2015, que altera a Resolução nº 49, de 25 de setembro de 2012, do GGPAA, acrescentando a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO à composição do Comitê Consultivo, vinculado ao GGPAA, e considerando a indicação recebida da CNAPO, resolve: designar membros do Comitê Consultivo do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, em representação à Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.
54, de 11 de maio de 2016	A Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 87 da Constituição Federal, pelo § 3º do art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 20 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, resolve: designar composição do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, em substituição aos indicados pelas Portarias nº 90, de 16 de maio de 2012, e nº 123, de 1ª de dezembro de 2014, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, os representantes dos seguintes Ministérios.
185, de 20 de setembro de 2016	O Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 87 da Constituição Federal, pelo § 3º do art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 20 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, resolve: designar composição do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, em substituição aos indicados pelas Portarias nº 25, de 24 de março de 2014, nº 34, de 23 de abril de 2013, e nº 62, de 30 de junho de 2015, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, a contar de 12 de julho de 2016.
264, de 21 de novembro de 2016	O Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 87 da Constituição Federal, pelo § 3º do art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 20 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, resolve: designar composição do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, em substituição aos indicados pela Portaria nº 54, de 11 de maio de 2016, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
336, de 15 de dezembro de 2016	O Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 87 da Constituição Federal, pelo § 3º do art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 20 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, resolve: designar composição do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos como representante titular do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em substituição ao indicado pela Portaria nº 25, de 24 de março de 2014, do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
42, de 25 de janeiro de 2017	O Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 87 da Constituição Federal, pelo § 3º do art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 20 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, resolve: designar composição o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, em substituição aos indicados pela Portaria nº 185, de 20 de setembro de 2016, e Portaria nº 260, de 19 de dezembro de 2012, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, como representantes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
1, de 13 de abril de 2017	A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário Subsecretaria de Agricultura Familiar dispõe sobre as competências, condições e procedimentos específicos para a emissão, validação, suspensão, cancelamento e exercício do controle social da DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).
1.824, de 2 de maio de 2018	O Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 87 da Constituição Federal, pelo § 3º do art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 20 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, resolve: designar composição o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos.
2.330, de 16 de julho de 2018	O Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 87 da Constituição Federal, pelo § 3º do art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 20 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, resolve: designar composição o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos.

(Continua)

(Continuação)

Leis	Ementas
2.638, de 28 de dezembro de 2018	O Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 87 da Constituição Federal, pelo § 3º do art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 20 do Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, resolve: dispor sobre os parâmetros para os veículos de transporte de alimentos da agricultura familiar no âmbito do PAA, e dá outras providências.
17, de 14 de abril de 2020	Ministério da Cidadania: estabelece metas de execução e limite financeiro a ser disponibilizado ao município que aderiu ao PAA, e propõe metas, limites financeiros e prazo para a implementação da modalidade de execução compra com doação simultânea (CDS) por meio de emenda parlamentar.
21, de 23 de abril de 2020	Ministério da Cidadania: estabelece a metodologia utilizada para a definição da meta de execução e do limite financeiro a ser disponibilizado ao município que aderiu ao PAA, e propõe metas, limite financeiro e prazo para a implementação da modalidade de execução CDS.
396, de 5 de junho de 2020	Ministério da Cidadania: Estabelecimento de metas, limites financeiros, metodologia utilizada, prazo e requisitos para execução da modalidade CDS.
96, de 22 de setembro de 2020	Ministério da Cidadania: estabelece metas, limites financeiros, metodologia utilizada, prazo e requisitos para execução do PAA, na modalidade CDS.
Resoluções do GGPAA	Órgão emissor/ementas
1, de 31 de julho de 2003	Define a sistemática de aquisição da produção da agricultura familiar para os produtores enquadrados no Pronaf e estabelece critérios para a aquisição e doação de gêneros alimentícios (Revogada pela Resolução nº 18, de 26 de maio de 2006).
2, de 29 de setembro de 2003	Dispõe sobre o procedimento de compra antecipada (Revogada pela Resolução nº 28, de 31 de março de 2008).
3, de 29 de setembro de 2003	Dispõe sobre os preços de referência para a aquisição dos produtos da agricultura familiar (Revogada pela Resolução nº 18, de 26 de maio de 2006).
4, de 6 de novembro de 2003	Altera dispositivos da Resolução nº 02/2003, que dispõe sobre o procedimento de compra antecipada (Revogada pela Resolução nº 28, de 31 de março de 2008).
5, de 6 de novembro de 2003	Aprova o Regimento Interno do GGPAA (Revogada pela Resolução nº 63, de 19 de novembro de 2013).
6, de 12 de novembro de 2003	Aprova as normas que regem o apoio à produção para o consumo do leite (PAA-leite) (Revogada pela Resolução nº 16, de 10 de outubro de 2005).
7, de 27 de novembro de 2003	Dispõe sobre preços de referência para aquisição dos produtos da agricultura familiar (Revogada pela Resolução nº 18, de 26 de maio de 2006).
8, de 11 de dezembro de 2003	Dispõe sobre a aquisição de sementes produzidas pela agricultura familiar (Revogada pela Resolução nº 68, de 2 de setembro de 2014).
9, de 11 de dezembro de 2003	Dispõe sobre preços de referência para aquisição dos produtos da agricultura familiar (inválida).
10, de 17 de dezembro de 2003	Dispõe sobre preços de referência para aquisição dos produtos da agricultura familiar (Revogada pela Resolução nº 18, de 26 de maio de 2006).
11, de 17 de dezembro de 2003	Dispõe sobre os preços de referência para a aquisição dos produtos da agricultura familiar (Revogada pela Resolução nº 18, de 26 de maio de 2006).
12, de 21 de maio de 2004	Dispõe sobre os preços de referência para a aquisição dos produtos da agricultura familiar (Revogada pela Resolução nº 39, de 26 de janeiro de 2010).
13, de 13 de abril de 2005	Dispõe sobre os preços de referência para a aquisição dos produtos da agricultura familiar (inválida).
14, de 13 de abril de 2005	Altera e complementa as normas que regem o Programa de Apoio à Produção para o Consumo de Leite (PAA-Leite) (Revogada pela Resolução nº 17, de 4 de abril de 2006).
15, de 2 de agosto de 2005	Dispõe sobre os preços de referência para a aquisição de leite sob o PAA-leite (inválida).
16, de 10 de outubro de 2005	Estabelece as normas que regem o PAA-leite (Revogada pela Resolução nº 37, de 9 de novembro de 2009).
17, de 4 de abril de 2006	Estabelece normas para pagamento de beneficiários produtores do PAA-leite (Revogada pela Resolução nº 37, de 9 de novembro de 2009).

(Continua)

(Continuação)

Leis	Ementas
18, de 26 de maio de 2006	Define preços de referência para aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar (Revogada pela Resolução nº 32, de 6 de outubro de 2008).
19, de 19 de julho de 2006	Altera o prazo para adequação de norma da Resolução nº 17 – modalidade PAA-leite) (Revogada pela Resolução nº 37, de 9 de novembro de 2009).
20, de 2 de agosto de 2006	Dispõe sobre os procedimentos para a modalidade formação de estoques pela agricultura familiar (vigente).
21, de 27 de setembro de 2006	Dispõe sobre a correção da unidade de comercialização do arroz (Revogada pela Resolução nº 32, de 6 de outubro de 2008).
22, de 15 de dezembro de 2006	Dispõe sobre a instituição de grupo temático da alimentação escolar (inválida).
23, de 9 de fevereiro de 2007	Dispõe sobre o aditamento das cédulas de produto rural (CPR), realizadas entre 2003 e 2004 (inválida).
24, de 26 de junho de 2007	Altera o art. 2º da Resolução nº 17, de 4 de abril de 2006 (Revogada pela Resolução nº 37, de 9 de novembro de 2009).
25, de 10 de outubro de 2007	Dispõe sobre a prorrogação do prazo para solicitar o aditamento das CPRs (Revogada pela Resolução nº 33, de 4 de novembro de 2008).
26, de 27 de novembro de 2007	Dispõe sobre o preço de referência da castanha-de-caju (Revogada pela Resolução nº 32, de 6 de outubro de 2008).
27, de 18 de janeiro de 2008	Dispõe sobre a doação de estoques públicos (inválida).
28, de 31 de março de 2008	Dispõe sobre a sistemática e condições de aquisição e doação simultânea de alimentos da agricultura familiar (Revogada pela Resolução nº 59, de 10 de julho de 2013).
29, de 23 de maio de 2008	Estabelece parâmetros para a definição dos preços de referência para efeitos de aquisição de produtos da agricultura familiar (vigente).
30, de 7 de agosto de 2008	Institui a modalidade aquisição de alimentos para atendimento da alimentação escolar (inválida).
31, de 30 de setembro de 2008	Dispõe sobre preços de referência para operações de aquisição de trigo (inválida).
32, de 6 de outubro de 2008	Dispõe sobre preços de referência para operações de aquisição de produtos da agricultura familiar (inválida).
33, de 4 de novembro de 2008	Dispõe sobre a concessão de rebate sobre o saldo devedor das operações de Compra Antecipada de Agricultura Familiar (CAAF), por meio de CPRs. Revogada pela Resolução nº 40, de 20 de agosto de 2010.
34, de 2 de dezembro de 2008	Altera a Resolução nº 29, de 23 de maio de 2008, que estabelece parâmetros para a definição dos preços de referência para efeitos de aquisição de produtos da agricultura familiar (vigente).
35, de 9 de janeiro de 2009	Amplia para outras regiões/Unidade da Federação (UF) os preços de referência da castanha-de-caju, castanha-do-Brasil, leite em pó e trigo para operações de aquisição da agricultura familiar (inválida).
36, de 9 de janeiro de 2009	Dispõe sobre prorrogação dos prazos de vencimento das parcelas das operações de CPR alimento, aditadas nos termos da Resolução nº 23, de 9 de fevereiro de 2007 (Revogada pela Resolução nº 40, de 20 de agosto de 2010).
37, de 9 de janeiro de 2009	Estabelece as normas que regem o PAA-leite (Revogada pela Resolução nº 61, de 23 de outubro de 2013).
38, de 27 de novembro de 2009	Dispõe sobre os preços de referência para operações de aquisição de leite, no âmbito do PAA-leite e estabelece sua metodologia de cálculo (inválida).
39, de 26 de janeiro de 2010	Dispõe sobre os preços de referência para a aquisição dos produtos da agricultura familiar sob as modalidades compra da agricultura familiar com doação simultânea e compra direta local da agricultura familiar com doação simultânea (Revogada pela Resolução nº 59, de 10 de julho de 2013).
40, de 20 de agosto de 2010	Dispõe sobre a concessão de rebate sobre o saldo devedor das operações de CAAF, por meio de CPRs (inválida).
41, de 19 de novembro de 2010	Institui grupo temático de acompanhamento e controle social, no âmbito do GGPA (Revogada pela Resolução nº 49, de 25 de setembro de 2012).
42, de 12 de janeiro de 2010	Institui o Sistema Integrado de Informações – SII (inválida).

(Continua)

(Continuação)

Leis	Ementas
43, de 27 de janeiro de 2011	Altera a Resolução nº 27, de 18 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a doação de estoques públicos (inválida).
44, de 16 de agosto de 2011	Fomenta o acesso de mulheres ao PAA (vigente).
45, de 13 de abril de 2012	Dispõe sobre os termos de adesão ao PAA, celebrados entre a União e os órgãos ou entidades da administração pública estadual, do Distrito Federal ou municipal, direta ou indireta, e consórcios públicos (vigente).
46, de 11 de julho de 2012	Altera o preço de referência para aquisições de leite em pó produzido pela agricultura familiar (Revogada pela Resolução nº 53, de 20 de dezembro de 2012).
47, de 20 de julho de 2012	Estabelece metodologia de cálculo excepcional para os preços de referência das operações de aquisição de leite no âmbito do PAA-leite (inválida).
48, de 20 de agosto de 2012	Dispõe sobre o preço de referência para aquisições de ovinos e caprinos da agricultura familiar na região de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) (Revogada pela Resolução nº 52, de 20 de novembro de 2012).
49, de 25 de setembro de 2012	Institui comitê consultivo do PAA (vigente).
50, de 26 de setembro de 2012	Dispõe sobre a sistemática de funcionamento da modalidade de execução compra institucional (vigente).
51, de 24 de outubro de 2012	Autoriza a realização de operação, em caráter especial, de aquisição de pescado <i>in natura</i> oriunda da pesca artesanal fluvial, no estado do Amazonas (vigente).
52, de 20 de novembro de 2012	Dispõe sobre o preço de referência para aquisições de ovinos e caprinos da agricultura familiar na região de abrangência da Sudene (Revogada pela Resolução nº 79, de 23 de outubro de 2017).
53, de 19 de dezembro de 2012	Altera o preço de referência para aquisições de leite em pó produzido pela agricultura familiar (Revogada pela Resolução nº 80, de 13 de novembro de 2017).
54, de 27 de dezembro de 2012	Dispõe sobre a prorrogação do prazo para aquisições de ovinos e caprinos da agricultura familiar na região de abrangência da Sudene (Revogada pela Resolução nº 60, de 20 de agosto de 2013).
55, de 21 de janeiro de 2013	Prorroga os preços de referência para a aquisição de leite no âmbito do PPA, estabelecidos pela Resolução nº 47 (inválida).
56, de 14 de fevereiro de 2013	Acrescenta o inciso VI ao art. 2º da Resolução GGPAA, nº 50. Dispõe sobre a sistemática de funcionamento da modalidade compra institucional (vigente).
57, de 26 de fevereiro de 2013	Dispõe sobre os preços de referência para operações de aquisição de leite (Revogada pela Resolução nº 65, de 26 de novembro de 2013).
58, de 17 de julho de 2013	Estende o período estabelecido na Resolução nº 51. Operação especial de aquisição de pescado <i>in natura</i> oriunda da pesca artesanal fluvial, do estado do Amazonas (Revogada pela Resolução nº 67, de 27 de junho de 2014).
59, de 10 de julho de 2013	Estabelece as normas que regem a modalidade CDS (vigente).
60, de 20 de agosto de 2013	Estende o prazo para aquisições de ovinos e caprinos (inválida).
61, de 23 de outubro de 2013	Estabelece as normas que regem o PAA-leite (Revogada pela Resolução nº 74, de 23 de novembro de 2017).
62, de 24 de outubro de 2013	Dispõe acerca da destinação dos alimentos adquiridos com recurso do PAA (Revogada pela Resolução nº 72, de 9 de outubro de 2015).
63, de 19 de novembro de 2013	Aprova o regimento interno do GGPAA (vigente).
64, de 20 de novembro de 2013	Altera a Resolução do GGPAA nº 50, funcionamento compra institucional (vigente)
65, de 26 de novembro de 2013	Dispõe sobre os preços de referência para operações de aquisição de leite (Revogada pela Resolução nº 75, de 14 de setembro de 2017).
66, de 27 de junho de 2014	Altera a Resolução nº 61, de 23 de outubro de 2013, que estabelece as normas que regem o PAA- leite (Revogada pela Resolução nº 74, de 23 de novembro de 2017).
67, de 27 de junho de 2014	Altera a Resolução nº 51, de 24 de outubro de 2012, referente à autorização para a realização de operação especial de aquisição de pescado <i>in natura</i> oriunda da pesca artesanal fluvial, no estado do Amazonas, no âmbito do PAA, e dá outras providências (vigente).

(Continua)

(Continuação)

Leis	Ementas
68, de 2 de setembro de 2014	Regulamenta a modalidade aquisição de sementes, no âmbito do PAA, e estabelece as normas que a regem (Revogada pela Resolução nº 77, de 27 de julho de 2017).
69, de 18 de setembro de 2014	Altera os arts. 2º e 3º da Resolução nº 62, de 24 de outubro de 2013, do GGPAA (Revogada pela Resolução nº 72, de 9 de outubro de 2015).
70, de 27 de fevereiro de 2015	Estabelece o preço final para aquisições do leite integral UHT, com abrangência aos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, no âmbito da modalidade compra direta do PAA da agricultura familiar (inválida).
71, de 10 de abril de 2015	Altera a Resolução nº 49, de 25 de setembro de 2012, que instituiu o comitê consultivo, para fins de assessoramento e acompanhamento das atividades do PAA (vigente).
72, de 9 de outubro de 2015	Dispõe acerca da destinação dos alimentos adquiridos com recursos do PAA (Revogada pela Resolução nº 81, de 9 de abril de 2018).
73, de 26 de outubro de 2015	Altera a Resolução nº 50, de 26 de setembro de 2012, do GGPAA, que dispõe sobre a sistemática de funcionamento da modalidade de execução compra institucional, no âmbito do PAA (vigente).
74, de 23 de novembro de 2015	Dispõe sobre as normas que regem o PAA-leite (produção e consumo) (vigente).
75, de 14 de setembro de 2016	Reajuste do preço dos leites de vaca e cabra, no âmbito do PAA-leite, e estabelece metodologia de cálculo (vigente).
76, de 4 de outubro de 2016	Dispõe sobre preço de referência para operações de aquisição de castanha-do-Brasil e farinha de mandioca, no âmbito do PAA (vigente).
77, de 27 de julho de 2017	Regulamenta a modalidade aquisição de sementes e mudas no âmbito do PAA, e estabelece as normas que a regem (vigente).
78, de 8 de setembro de 2017	Estabelece as condições para a aquisição de produtos processados, beneficiados ou industrializados no âmbito do PAA (vigente).
79, de 27 de outubro de 2017	Dispõe sobre o preço de referência para aquisições de ovinos e caprinos da agricultura familiar no estado de Pernambuco, no âmbito do PAA da agricultura familiar, e dá outras providências (vigente).
80, de 13 de novembro de 2017	Altera o preço de referência para aquisições de leite em pó produzido pela agricultura familiar no âmbito do PAA (vigente).
81, de 9 de abril de 2018	Dispõe acerca da destinação dos alimentos adquiridos com recursos do PAA (vigente).
82, de 1º de julho de 2020	Estabelece as normas que regem a modalidade incentivo à produção e ao consumo de leite – PAA-leite (vigente).
83, de 1º de julho de 2020	Altera a Resolução nº 81, de 9 de abril de 2018, do GGPAA, que dispõe acerca da destinação de alimentos adquiridos com recursos deste programa (vigente).

Elaboração dos autores.